

cer, em comissão de serviço, o cargo de delegada regional de Lisboa da Inspeção-Geral da Educação.

4 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Educação, *Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura;
Naturalidade — Alcafozes, Idanha-a-Nova;
Data de nascimento — 9 de Dezembro de 1942;
Estado civil — casada.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Ciências Geológicas da Universidade Clássica de Lisboa;
Curso de Ciências Pedagógicas da Universidade Clássica de Lisboa.

Formação profissional:

Estágio profissional em Matemáticas e Ciências da Natureza na Escola Preparatória de Odiveelas;
Estágio pedagógico em Sèvres (França);
Estágio na Inspeção-Geral de Ensino, sector pedagógico/área de intervenção das escolas do ensino secundário;
Curso de aperfeiçoamento pedagógico para monitores — IIEFP, Centro Nacional de Formação de Formadores.

Situação profissional actual — inspectora superior principal da carreira técnica superior de inspeção da Inspeção-Geral da Educação.

Percurso profissional mais relevante no domínio da educação:

Professora do ensino liceal e preparatório — 1968-1969 a 1977-1978;
Presidente do conselho directivo — 1974-1975-1976;
Delegada da disciplina de Matemática — 1976-1977-1978;
Professora destacada da Direcção-Geral de Ensino Básico e Secundário (1978 a 1987), desempenhando funções técnico-pedagógicas de concepção, promoção e formação de professores, funcionários e encargos de educação a nível nacional, designadamente na Divisão de Orientação Educativa, no Núcleo de Avaliação da Direcção de Serviços de Ensino Preparatório, e na coordenação do Núcleo de Apoio e Comunidade e como responsável, com equiparação a chefe de divisão, do Serviço de Acção Pedagógica da Direcção de Serviços de Ensino Primário;
Ingresso na carreira técnica superior de inspeção na Inspeção-Geral da Educação — 1988-1989.

Representação nacional e internacional do Ministério da Educação:

Representante do Ministério da Educação no Conselho de Prevenção e Tabagismo, no Projecto VIDA; na OCDE, conferência «O papel educativo da família» Paris, 1981; no Programa da Comunidade Europeia — estágios da CEE para especialistas da educação no âmbito do programa de acção político-educacional, Grécia, 1986;
Bolsista do Conselho da Europa para os seminários internacionais, «Preconceitos sexistas na escola e a responsabilidade de ensino» (1982) e «Equal opportunities for girls: The rule of the primary school» (1988), Donaueschingen, RFA, e ainda, para as jornadas internacionais «Educação para a saúde», Espanha, 1986;
Orientadora, a convite do Instituto de Apoio à Imigração e Comunidades, do módulo «Culturas e identidade», dirigido a mulheres imigrantes, realizado em Macon, Novembro de 1992, e em Porto Vechio e Bastia (Córsega), Novembro de 1993;
Representante da Inspeção-Geral da Educação no grupo executivo para o Ano Europeu da Cidadania pela Educação (2005).

Trabalhos técnicos, didácticos ou de investigação:

Autora do documento para a unidade Eurydice «Toxicoddependência/comunidade e meio escolar»;
Autora e co-autora de vários textos e material pedagógico-didáctico no âmbito do Conselho de Prevenção do Tabagismo e da problemática da educação alimentar, toxicoddependência e problemas afins e, ainda, do programa dos cursos nocturnos (área de formação complementar).

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 16 688/2005 (2.ª série). — Com o início das funções do XVII do Governo Constitucional, procura-se dar uma nova dinâmica ao funcionamento das delegações regionais da cultura, designadamente através da densificação das suas competências e de uma articulação mais estreita com outros serviços desconcentrados da administração central.

Considerando que há necessidade de imprimir nova orientação à gestão da Delegação Regional da Cultura do Algarve bem como de modificar as políticas culturais a prosseguir, no sentido de uma actuação mais eficaz para o cumprimento da política cultural do Governo;

Considerando que é necessário encontrar um novo perfil para o referido cargo com vista à prossecução dos objectivos políticos fixados pelo Governo:

Determino o seguinte:

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dou por finda a comissão de serviço da licenciada Maria Manuela Florêncio Barros Moura no cargo de delegada regional da Cultura do Algarve, cargo para que fora nomeada pelo despacho n.º 18 502/2003, de 5 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 26 de Setembro.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Julho de 2005.

28 de Junho de 2005. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Despacho n.º 16 689/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço do Prof. Doutor António Pedro Machado Gonçalves Dias no cargo de director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, cargo para que fora nomeado pelo despacho conjunto n.º 76/2004, de 21 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 2004.

8 de Julho de 2005. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Despacho n.º 16 690/2005 (2.ª série). — Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março, ao abrigo do disposto no artigo 18.º e nos n.ºs 3 a 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e tendo em conta a relevante experiência e o perfil profissional evidenciados no currículo publicado em anexo, nomeio a licenciada Maria Cecília de Jesus Henriques, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de arquivo do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirectora do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

11 de Julho de 2005. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Maria Cecília de Jesus Henriques;
Nacionalidade — portuguesa;
Data de nascimento — 7 de Maio de 1961;
Profissão — técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de arquivo;
Vínculo laboral — quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em História (Universidade Nova de Lisboa);
Pós-graduação em Ciências Documentais, variante Arquivo (Universidade de Lisboa).

3 — Formação profissional e complementar mais relevante:

Seminário de Alta Direcção (INA); Liderar pelo desempenho: como definir objectivos na avaliação de desempenho; gestão de documentos; arquivos correntes; avaliação e amostragem em arquivística; bases de dados e sistemas de informação de arquivo; documentos electrónicos; *Digital preservation policies; access and preservation of electronic information; principles of appraisal and their application in electronic environments*.

4 — Experiência de coordenação de serviços:

Desde Janeiro de 2004 — chefe da Divisão de Recursos Arquivísticos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia/MAET/MEI;

2001-2003 — coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento Técnico do IAN/TT;

1995-1999 — responsável pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal;

5 — Outras actividades mais significativas:

Membro do Comité de Arquivos Correntes em Ambiente Electrónico, do Conselho Internacional de Arquivos (2001-2004); assessoria à reorganização do sistema de arquivos do Governo e Administração de Moçambique (2003); coordenação do grupo de trabalho que preparou a norma NP 4438 (2002-2003); representante do IAN/TT no Núcleo do Ministério da Cultura para a Sociedade da Informação (2000-2003); participação no Programa SIAD — Sistemas de Informação de Arquivo e Documentos Electrónicos (1998-2003); participação no projecto de Planeamento Estratégico de Sistemas de Informação, do IAN/TT (1999-2000); participação nos grupos de trabalho para concepção do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (1998) e avaliação de candidaturas (1999-2003); elaboração de inventários de fundos de arquivo das câmaras municipais de Loures e de Setúbal; monitora em diversas acções de formação profissional na área da arquivística.

6 — Trabalhos publicados/comunicações públicas mais recentes:

Problemas de terminologia e conceitos na tradução da norma NP 4438 (2005); Governo electrónico: uma oportunidade de reposicionamento das instituições de arquivo (2003); Normalização na área da gestão de documentos: interesse e fragilidade da Norma ISO 15489 (2003); Recomendações para a gestão de documentos de arquivos electrónicos: Modelo de requisitos (2002); Preservação digital: uma perspectiva arquivística (2002); Gestão Arquivística de Documentos Electrónicos (2001); Recomendações para a gestão de documentos de arquivos electrónicos: contexto de suporte (2000); Gestão dos arquivos electrónicos na União Europeia (2000); Orientações técnicas para avaliação de documentação acumulada (1999); Portugal: sinais de mudança no papel social do arquivista (1998); Manual para a gestão de documentos (1998); Guia de fontes para a história das nações (1991-1998).

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 16 691/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Abril de 2005 da Ministra da Cultura, são designados representantes do Estado (Ministério da Cultura) — Associação Amigos do Coliseu do Porto:

Licenciado Gustavo Rodrigues Pimenta, presidente do conselho fiscal;

Licenciada Manuela Espírito Santo, membro da direcção.

17 de Junho de 2005. — A Secretária-Geral, *Fernanda Soares Heitor*.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Louvor n.º 1283/2005. — Ao deixar o cargo de director-geral do IAN/TT, cumpre-me exprimir público louvor à Dr.ª Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, que desempenhou funções de subdirectora-geral do mesmo Instituto, pela qualidade do trabalho desenvolvido com dedicação, competência, responsabilidade, rigor e total disponibilidade no desempenho das suas funções. Saliento as suas qualidades humanas, a larga experiência profissional, os profundos conhecimentos em matéria de organização e gestão dos arquivos, bem como a vasta obra realizada na Torre do Tombo, que constituem um exemplo a seguir por quantos exercem funções em instituições similares.

8 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *Pedro Dias*.

Louvor n.º 1284/2005. — Ao deixar o cargo de director-geral do IAN/TT, cumpre-me exprimir público louvor ao Dr. José Maria Sande e Castro Salgado, que desempenhou funções de subdirector-geral do mesmo Instituto, pela qualidade do trabalho desenvolvido com dedicação, competência, responsabilidade, rigor e total disponibilidade

no desempenho das suas funções. Saliento as suas qualidades humanas, a larga experiência profissional, os profundos conhecimentos em matéria de organização e gestão na área administrativa, bem como a vasta obra realizada na Torre do Tombo, que constituem um exemplo a seguir por quantos exercem funções em instituições similares.

8 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *Pedro Dias*.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA

2.º Juízo

Anúncio n.º 125/2005 (2.ª série). — Jorge Alexandre Trindade Cardoso Cortês, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, faz saber que corre termos neste Juízo a acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos, interposta em 15 de Dezembro de 2004 e autuada sob o n.º 3052/04.0BELSB, em que é autor Emaús José Lourenço Silva e entidade demandada o director nacional da Polícia de Segurança Pública, na qual é formulado o seguinte pedido: que seja anulada a decisão de excluir o autor do concurso ao 5.º Curso de Formação de Subcomissários da Polícia de Segurança Pública e consequentemente seja a entidade demandada condenada à adopção dos actos e operações necessários para reconstituir a situação que existiria caso o acto de exclusão não tivesse sido praticado.

Faz ainda saber aos interessados a quem possa directamente prejudicar ou que tenham interesse legítimo na manutenção do acto impugnado que dispõem do prazo de 15 dias para se constituírem como contra-interessados no processo e que, uma vez expirado aquele prazo, os que como tal se tenham constituído, se consideram citados para contestar no prazo de 30 dias a acção acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria, com a advertência de que a falta de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios.

Na contestação, o contra-interessado deve deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõe fazer.

Caso não lhe seja facultada, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo, disso dará conhecimento ao juiz do processo, permitindo-se que a contestação seja apresentada no prazo de 15 dias contado desde o momento em que o contra-interessado venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto aos autos.

É obrigatória a constituição de advogado, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, do CPTA.

O prazo acima indicado é contínuo e terminando em dia que os tribunais estejam encerrados transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

14 de Julho de 2005. — O Juiz de Direito, *Jorge Alexandre Trindade Cardoso Cortês*. — O Escrivão de Direito, *Luís Sampaio Monteiro da Silva*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 1377/2005. — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 11 de Julho de 2005:

Maria Laura Fernandes Alves Antão — autorizado o contrato administrativo de provimento como técnica superior estagiária, área de relações públicas, na Universidade do Algarve, pelo período de um ano, com efeitos a partir da data da publicação do respectivo contrato no *Diário da República*, auferindo a remuneração mensal líquida correspondente ao índice 321.

12 de Julho de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barros*.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Reitoria

Despacho n.º 16 692/2005 (2.ª série). — Sob proposta do conselho científico, ao abrigo das alíneas d) do artigo 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e e) do artigo 17.º e g) do n.º 2 do artigo 22.º dos Estatutos da Universidade de Aveiro, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 52/89, de 1 de Junho, publicado no *Diário da República*,